



# CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

## Ata da Audiência Pública do Projeto de Lei Complementar nº 15/2017 (Plano Diretor)

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, terça-feira, no Plenário Geraldo Costa Camargo, da Câmara Municipal de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rua Joseph Paul Julien Burlandy (antiga Rua 02), nº 250, Parque Gabriel, realizou-se a Audiência Pública, convocada pela Comissão de Infraestrutura Urbana, Meio Ambiente e Assuntos Metropolitanos, para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 15/2017, que introduz alterações na Lei nº 2.092, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Hortolândia, em cumprimento ao art. 44 da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), c/c o inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Contando com a presença do Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso, Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia, do Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima, do Senhor Vereador Valdecir Alves Pereira, do Senhor Vereador Daniel Laranjeira e das demais pessoas que assinaram a lista de presença. Assim, deu-se a abertura da Audiência Pública às 17 horas, com a palavra do Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso**: “Boa tarde a todos, boa tarde a todas, gostaria de agradecer a presença, estamos iniciando a Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 15/2017, que introduz alterações na Lei nº 2.092, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Hortolândia. Gostaria desde já, agradecer a presença de todos participantes, servidores municipais e todas autoridades. Primeiramente agradecer a presença do Vereador John Lenon, que se faz presente, do Vereador Nego, que também se faz presente, do Vereador Daniel Laranjeira, que aqui se faz presente, agradecer a presença do Carlos Roberto Pratavieira Junior, nosso secretário de planejamento urbano e gestão estratégica. Queria chamar à frente aqui também, o José Nazareno Gomes, nosso Vice-Prefeito, o Zezé, que também se quiser participar aqui a frente também, fique à vontade nosso Vice-Prefeito. Agradecer a presença da Isabel Moura, a presidente a Associação de Microempreendedores Individuais, que se faz aqui presente também, ao Nivaldo Solano Santos, secretário adjunto de obras, a Eliane Nascimento, nossa secretária adjunto de meio ambiente. Antes de iniciarmos, gostaria de chamar o Vereador John Lenon para que fizéssemos a evocação divina”, com a palavra, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima**: “Querido Deus, nós queremos te agradecer pelo dia de hoje e pedir para que o Senhor nos dê muita sabedoria na condução dos nossos trabalhos, que seja sempre feita a Vossa vontade agora e sempre, amém”. Neste momento retoma a palavra o Presidente da Câmara, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso**: “Na condição de Presidente da Câmara, também destacando os membros da Comissão de Infraestrutura Urbana, Meio - Ambiente e Assuntos Metropolitanos composta pelos Vereadores Luiz Carlos da Silva Meira, Daniel Laranjeira, João Pereira da Silva e Gervásio Batista Pozza, passo a palavra agora ao membro da Comissão, Vereador Daniel Laranjeira”, com a palavra, o **Senhor Vereador Daniel Laranjeira**: “Tenho a honra e a imensa satisfação de declarar aberta a presente audiência pública que tem por objetivo apresentar a proposta de alteração da Lei Municipal 2.092 de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Hortolândia. Em suas justificativas, o Poder Executivo aponta que as modificações são necessárias para estabelecer diretrizes da execução da política urbana do Município de Hortolândia através do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes e um meio ambiente ecologicamente equilibrado para a presente e futuras gerações. Para tanto, algumas modificações se mostraram necessárias e portanto devem ser debatidas à exaustão para garantir



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

que a proposta atenda de forma democrática o crescimento e desenvolvimento urbano sem contudo interferir na qualidade de vida dos cidadãos. Com a normatização do planejamento urbano pela Constituição Federal, com o objetivo de garantir e operacionalizar a política pública do desenvolvimento urbano, foi definido o plano diretor como principal instrumento de implementação de uma política de desenvolvimento e expansão urbana e a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, no art. 40, § 4º, inc. I, destaca a necessidade do chamamento da comunidade para debater junto com o Poder Público a implantação e a alteração do Plano Diretor, e é nesse contexto que todos cidadãos devem participar, conhecendo a realidade atual, as propostas apresentadas e opinando para que agora e no futuro a cidade possa apresentar crescimento, desenvolvimento com um meio ambiente saudável e equilibrado, o desafio é de todos. Desejo a todos os participantes um excelente trabalho e declaro aberto os trabalhos passando a palavra ao Sr. Carlos Roberto Pratavieira Junior. Obrigado”. Em seguida, para dar continuidade à Audiência, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior** assume a palavra: “Boa noite a todos e a todas, eu queria chamar o pessoal da minha equipe aqui, da Secretaria de Planejamento Urbano, o Sérgio, que é o meu diretor, a Barbara e a Patricia, que eles participaram desde o começo na elaboração dessa alteração do Plano Diretor, convidá-los para sentar aqui comigo para me auxiliar aqui na apresentação. Como o Laranjeira já deixou bem claro aqui, nosso vereador, a gente está promovendo alterações no Plano Diretor da cidade, para poder ordenar o crescimento, preparar a cidade para mais aí 5, 6, 10 anos para frente. Paulo, você está aí? Paulo Amorim, vem aqui também, da equipe lá também que ajudou a produzir. Nós assumimos aqui junto com o Ângelo Perugini, a secretaria de planejamento urbano e desde o primeiro dia de janeiro do ano passado, a gente pegou o Plano Diretor e começou a trabalhar em cima dele. Nós passamos o ano inteiro passado debruçados em cima disso, fizemos também, esse tempo foi para ouvir todos os empresários, comerciantes, moradores, associações do Município, a gente trabalhou bastante com isso, ouvimos todos, pegamos todas as demandas que tinha o Município, questões do Plano Diretor que estavam travando o crescimento e a questão do meio ambiente também, e passamos o ano inteiro compilando isso. Reestabelecemos o Conselho Municipal de planejamento urbano e apresentamos esse plano para o Conselho, discutimos juntos também lá, esse plano foi, as alterações foram aprovadas pelo Conselho e no final do ano a gente encaminhou ele aqui para a Câmara. Quando a gente fala de alterações, vou dar um exemplo rápido assim do Plano Diretor, que ele tem que ser sempre olhado e modificado para acompanhar o crescimento da cidade, semana passada fui procurado por um empresário tal que quer montar um estacionamento no centro da cidade, o nosso Plano Diretor não permite, não permite a instalação de um estacionamento no centro da cidade, ali nas redondezas da Luiz Camilo de Camargo, e quando o Plano Diretor não permite, a gente lá da secretaria fica engessado, o pessoal tem um terreno, quer ir lá fazer um estacionamento, a gente sabe da necessidade de estacionamentos privados ali, aí o Plano Diretor não permite, então você não consegue dar uma ficha informativa, você não consegue dar um alvará se ele fizer um estacionamento e aí ou acaba ficando irregular, ou acaba não acontecendo, então são esses detalhes que a gente procurou ao longo desse ano inteiro e pesquisando e vendo tal e alterando, foram bastante alterações no Plano para adequar essas questões. Eu tenho uma apresentação aqui, que o pessoal da secretaria fez. Então, a gente trabalha com os eixos estratégicos no Plano Diretor, então as principais diretrizes estabelecidas aqui, são 6 eixos estratégicos de política pública; primeiro, saneamento ambiental; segundo, habitação; terceiro, mobilidade urbana; quarto, meio ambiente; quinto, dinamização das atividades econômicas e sexto, sistema de planejamento e gestão. Então, nesses eixos estratégicos já foi onde também a gente já colocou algumas alterações, porque como o Plano já foi revisado a muito tempo atrás, tinham algumas coisas, por exemplo, estava lá contando no Plano passado que o nível de tratamento aqui era precário, da coleta, tratamento de esgoto, era



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

restrito a 1,9% né, e de acordo com o SEADE em 2000, então isso estava lá até hoje, lá no nosso Plano Diretor, a gente adequou falando que não, hoje a gente já tem um nível de coleta de 90,5%, sendo o objetivo implantar 100% de esgoto coletado e tratado no Município, então essas questões dos eixos estratégicos, a gente trabalhou o que estava descrito lá que era muito antigo e atualizou para como está hoje e aonde a gente quer chegar nos próximos anos. São várias alterações, eu não vou ler todas aqui, essa apresentação está disponível no site, está disponível aqui na Câmara também, todos que quiserem ir mais afundo podem estar pegando e olhando. Tem aqui né, a maior integração das regiões da cidade, de acordo com a política nacional de mobilidade urbana, então a gente tem que integrar com Campinas, hoje Hortolândia é conurbado né, com Campinas, Sumaré, tudo junto ali, a região metropolitana está discutindo um Macroplano Diretor para a região inteira, a gente está se adequando a ele também. Nós temos as macrozonas né, que são as divisões, nós criamos zonas de interesse social, foram demarcados nos mapas de macrozonas, vou estar mostrando para vocês o mapa daqui a pouco, que são porções do território destinadas predominantemente à moradia digna, para população de baixa renda, por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e regulares, bem como à provisão de novas habitações de interesse social, que são as HIS, a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércios e serviços locais, situadas na zona urbana. As ZEIS classificam-se em duas categorias, temos a ZEIS 1, criamos a ZEIS 1 nesse novo Plano Diretor, que são áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de habitação de interesse social, ou seja, a ZEIS 1 a gente marcou nos mapas de macrozonas, os lugares hoje que já têm assentamentos e que a gente precisa regularizar esses assentamentos para que as pessoas continuem lá, continuem morando lá, só que dotado de equipamentos públicos, de infraestrutura e etc.; e a ZEIS 2 a gente marcou no mapa como áreas caracterizadas por glebas ou lotes onde é melhor local também para produzir a habitação e empreendimentos de habitação de interesse social, então a gente marcou isso também nas macrozonas, que não tinha no plano passado. Esse é o mapa de macrozoneamento, é onde têm as macrorregiões, nós temos lá em rosinha, macrozona de adensamento controlado, que é onde já tem hoje os bairros principais da cidade, onde está bem adensado já, são poucas as áreas que podem expandir nessa rosinha; tem a macrozona de desenvolvimento econômico, que é o azul mais escuro; a de ocupação controlada, que é esse azul um pouco mais claro, então são algumas áreas que a gente ainda que não tem nenhum bairro ainda, não tem nenhuma ocupação, mas que no futuro vai ser ocupada, então são zonas controladas; as zonas especiais de ocupação de interesse social 1, que é a cinza, a gente vai ver isso mais lá na região do Nova Europa, do Nova América, ali mais na parte de cima do mapa; a de habitação de interesse social 2, a ZEIS 2 aqui mais nessa região do Amanda; e setores especiais de interesse ambiental que foi um também que a gente acabou criando e implementando mais áreas, que são os verdes, que são todas as nossas áreas de APP, são todas perto de nascentes, a gente atualizou esse mapa, tinha um pouquinho no passado, e criou alguns lugares que não tinham, como no Taquara Branca que nós temos uma área contaminada que vai ter que ser recuperada, então já marcamos ela aqui, que aqui não pode ser feito nada de habitação, vai ser um setor de interesse ambiental, uma também bem na divisa ali depois do Jacuba, ali em cima, SEIA, verde, que é toda uma área de charco, de brejo, que entre a linha do trem e o Jacuba, na divisa de Hortolândia com Sumaré, que a gente marcou que vai ser uma área ambiental, porque lá não tem jeito de habitar, teria que transpor o córrego, transpor a linha e é uma área de charco, de brejo, que tem só que ser recuperada ambientalmente com revitalização da mata ciliar, essas coisas, e deixar ali



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

como área de preservação. O que é bem legal em Hortolândia, que eu gosto de frisar bastante, eu vejo outras cidades que acabam recebendo problemas de outras cidades, essa questão ambiental e dos córregos, por exemplo, você vai lá em Pirapora e o Tietê passa lá e ele vem poluído de São Paulo, quer dizer, não tem o que a cidade fazer para consertar aquilo, porque tem que ser São Paulo para consertar, mesmo outras cidades, Campinas, têm muitos rios que passam por ela que já vem poluídos de outras cidades ou ela depende de outras cidades para cuidar dos rios, Hortolândia ela é bem legal, pois todos os rios e os córregos aqui, nascem em Hortolândia, se vocês prestarem atenção no mapa, não tem nenhuma córrego aqui que vem de outra cidade, todos eles se iniciam em Hortolândia, geralmente quando está o verdinho aqui, é onde nasce os córregos, então todos eles nascem em Hortolândia, praticamente nenhum deles vêm de outra cidade, então está na nossa mão 100% cuidar para que esses córregos não recebam poluição, para cuidar das áreas de APP, 30 metros de cada lado do córrego, a gente preservar, está 100% na nossa mão. Aí tem aqui, classificação dos usos, que são aquelas zonas que a gente dividiu ZH1, ZH2, que é aquela que a gente estava falando de habitações residenciais, predominantemente residencial, as zonas mistas, ZH1 e a ZH2, são onde tem só residência, então a gente usa isso para condomínios fechados, onde só pode residência, não vai ter comércio lá dentro, não vai ter nada. As zonas mistas, são várias delas, são 6 aqui, então elas já permitem pequenos comércios, outras indústrias leves, porque hoje em todas as cidades do mundo inteiro, antigamente era assim, você botava o pessoal para morar num canto da cidade e o setor industrial lá no outro canto, aí você tem que atravessar a cidade inteira, um problema de mobilidade, tanto de ônibus, de transporte coletivo, quanto de veículo, tem um monte de avenida, nunca dá conta porque o pessoal tem que sair de um canto da cidade e atravessar de manhã para ir trabalhar e depois voltar de tarde. O que a gente trabalha hoje no mundo inteiro são as zonas o mais misto possível, você pode ter num bairro residencial, pequenas empresas, desde que não prejudique as pequenas moradias, não crie muito impacto, nem de trânsito, de veículo pesado, caminhões, essas coisas, nem de poluição, barulho, poluição sonora, então você pode ter pequenas empresas, comércios em esquinas, em locais, ou seja, um bairro hoje, uma região, ela interage por ali mesmo, ela já gera emprego, já é moradia, tudo por ali, então nós procuramos nesse mapa, nessa revisão também, o máximo possível essas zonas mistas, e aí tem vários tipos, eu não vou ler um por um, porque senão fica meio cansativo mas poucas diferenças entre uma e outras, que nem a ZM3 ela permite residências, pequenos comércios e serviços, a 4 já vai até um pouco mais, vai indústrias leves e médias e algumas instituições e assim vai, tem a zona central que é o centro da cidade, as zonas industriais Z1 e Z2, a gente criou a Z3 que não tinha, porque a gente não tinha por exemplo, extração de minério, mas nós temos na cidade um areeiro lá na entrada com Sumaré, que ele é homologado com a CETESB, ele é todo controlado, é até um modelo, é uma coisa que está sendo a nível nacional, só que a gente não podia dar alvará para ele, porque a CETESB deu, o meio ambiente federal deu de extração de minério, mas na Prefeitura teoricamente ele estava irregular, porque a gente não tinha nenhuma do zoneamento que permitia extração de minério, então a gente criou essa zona, organizou lá. E aí, a ZEC1 que é especial controlado, onde são permitidas as instituições públicas, indústrias especiais e aterros sanitários, que não estava nem limitada, a ZEC2 que é a zona especial controlada 2, onde são permitidas as indústrias especiais. Tem um pedaço de zona rural ainda no Município, pequeno, mas a gente deixou um pedaço de zona rural, que na verdade também não tem utilidade rural nenhuma lá hoje, quer dizer, não tem plantio de nada, é um município 100% industrializado ou na questão de serviços, rural a gente não tem mais nada, não tem ninguém produzindo. E a ZRA que a gente criou também agora, que é a zona exclusiva de recuperação ambiental, que é aqueles que eu mostrei no mapa pra vocês, lá no Taquara Branca e na divisa lá com Sumaré e todos os parques lineares, as áreas de APP ali. Nesse outro mapa aqui a gente tem o zoneamento propriamente dito, então todas aquelas zonas que falei pra



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

vocês lá, estão ali nas cores, várias cores, zona mista 1, 2, vai até 6, zona rural, zona de habitação de interesse ela está toda aqui, o que a gente colocou nesse mapa aqui, esse mapa está disponível no site da Prefeitura, então quem quiser detalhar ele, olhar ele com mais detalhe depois, pode estar indo, na verdade a gente está colocando aqui todas as alterações que tiveram, então ele tem as setinhas aqui que mostra o que era antes e o que a gente está propondo agora, são todos esses acertos que a gente fez, que nem eu falei aqui do Taquara Branca, a gente mudou aqui, lá em cima, alguns loteamentos fechados que era aquilo, permitia, para vocês terem uma ideia, no zoneamento que a gente estava antes, permitia comércio dentro do Jardim de Mônaco ali, do loteamento fechado, lá já tem o estatuto do condomínio, não pode comércio, é só do lado de fora, mas no zoneamento da Prefeitura permitia, então a gente adequou isso, essas são áreas estritamente residenciais, que são condomínios fechados, só pra residência mesmo, então a gente acertou vários condomínios fechados, o Golden, o Mônaco, acertou todos esses, Firenze, a gente carimbou eles como zonas estritamente residenciais. Aqui também algumas alterações, mais adequação de texto, vocês veem que a gente... solicitar o RIA, relatório de impacto de trânsito, que a gente não, quando ia aprovar um novo loteamento, um novo parcelamento de solo, isso não era exigido, a gente vai passar a exigir, e aí algumas adequações, às vezes, adequação do texto para deixar mais claro, para adequar na Lei Federal e para adequar no planos diretores regionais. Aqui também, adequação na lei, falava por exemplo de projeto de sinalização viário, horizontal e vertical, era a redação que tinha antigamente, a gente só deu uma melhoria nela, colocou projeto e implantação de sinalização viária, horizontal, vertical, semafórica, de orientação turística e geométrica quando necessário, então o que a gente está aumentando aqui são umas exigência que quando for fazer o parcelamento do solo, que o loteador já produza projetos com mais qualidades. Projeto de implantação de calçadas nas áreas públicas respeitando as orientações de acessibilidade conforme disposto em normas técnicas, legislações federais e estaduais vigentes, se vocês olharem aqui, a lei anterior não esclarecia muito isso, falava só que tinha que fazer calçada, hoje fica um pouco mais claro que tem que prestar atenção e colocar projetos que contemplem a acessibilidade. Aí fala um pouco das áreas públicas, área reservada de uso público, deverá respeitar o mínimo de 45% da área total da gleba, fala sobre as áreas institucionais, mantém a destinado a via pública que é 20% que é o que a legislação federal fala, sistemas de lazer em 20% também, áreas verdes. Do meio ambiente aqui, esse eixo a gente trabalhou mais também a descrição pra atualizar a política pública de meio ambiente, para o plano diretor ficar atualizado a política pública municipal de meio ambiente, então tinha lá o artigo 71, tinha uma redação e a gente melhorou um pouco ela, a política municipal de meio ambiente, tem por objetivo a preservação e conservação do meio ambiente, objetivando uma melhor qualidade de vida de forma a assegurar as condições para um desenvolvimento socioeconômico local, integrado e sustentado, atendendo o previsto na política nacional do meio ambiente e observando os seguintes princípios. Então ele foi adequando a legislação municipal no que diz a legislação federal, e a política do governo atual para o meio ambiente. Falando um pouco da educação ambiental também que não tinha. Na mobilidade urbana a gente colocou aqui as próximas grandes obras que estão previstas no calendário do município, então a gente trabalhou o programa de financiamento que a gente tem com o Banco Andino de Fomento que é a Câmara Andina de Fomento, que é o financiamento que já foi aprovado por essa Câmara, que está em andamento, que a gente está colocando todos os documentos necessários, e que vai produzir algumas obras, que como são de grande impacto na mobilidade, elas já ficam gravadas aqui no plano diretor; que é a criação do novo corredor viário, que ligará a região do Carmem Cristina ao Jardim Minda, Jardim Nova Hortolândia, Vila Real e da região central, duplicação da Estrada | Sabina Baptista de Camargo; interligação entre a Avenida Ytamaraka com a Estrada Municipal Sabina Baptista de Camargo e a Estrada do Panaíno; abertura da terceira faixa da Avenida



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Emancipação em frente a EMS; interligação entre o Jardim Novo Ângulo com a Avenida Emancipação; criação do viário interligando Santa Fé, Campos Verdes, Jardim Nova Alvorada e Parque Gabriel; interligação entre a Estrada do Panaíno e a Estrada Sabina Baptista de Camargo, margeando o reservatório JAC 1; ligação do acesso leste da ponte estaiada até a Estrada Sabina Baptista de Camargo; criação de viário entre as ruas Pacaembu e Goiás do Jardim São Jorge; criação de viário que ligará a região do Jardim Carme Cristina ao Parque dos Pinheiros; criar eixo entre o Jardim São Sebastião e Jardim Interlagos; interligação entre Jardim Novo Cambuí e Parque Gabriel; transposição da linha férrea entre Avenida Santana e Avenida São Francisco; esse aqui vale falar um pouco, essa integração entre o Novo Cambuí e o Parque Gabriel, que é bem aqui do lado, que é um dos problemas que a gente deve ter aí recentemente, hoje, por conta da obra da lagoa, tem uma pistinha de terra que liga o Cambuí e lá, essa pista vai ter que ser fechada, e vai ter que parar de passar carri ali, porque ela tem a licença ambiental durante a obra, mas ela não pode ficar daquele jeito, ali foi feito uma gambiarra para tocar a obra e quando terminar a obra, aquilo tem que sair e o córrego tem que fluir normalmente por ali, porque os tubos que estão colocados ali não foi para isso, então ali não tem segurança para ficar passando um viário, mas a gente entende que é uma ligação muito importante, porque hoje para você ir para o lado de lá, você tem que ir lá na Olívio Franceshini, dar uma volta, voltar, então isso já está previsto no financiamento aqui que quando vier essas obras do CAF, a gente fazer uma ponte mesmo, que vai ligar essa rua aqui do lado da Câmara, vai passar com uma ponte e vai para o lado de lá, então quer dizer, vai ficar um tempo sem aquela passagem, mas a previsão é que no ano que vem já começam essas obras aqui e já começa a produzir uma nova passagem ali; desenvolver medidas para tornar a cidade ciclável, ou seja, a gente tem um grande projeto de ciclovia para interligar todas as regiões da cidade por meio de uma ciclovia segura, porque todos esses projetos que vocês estão vendo de viário aqui, a ciclovia está prevista; implantação de uma sistema de transporte dotado de uma infraestrutura acessível em suas vias, calçadas, terminais de ônibus, terminais de transferência, abrigos, entre outros; então esses são os eixos da mobilidade urbana. Da habitação, que eu já falei bastante, que são as zonas de interesse social, tanto para regularizar as que já estão existentes mas não estão regulares, para você poder dar a escritura para o morador daquele lote, daquela residência, daquela casa, tanto também como novas áreas para produção de novas habitações sociais; e algumas disposições finais, gerais, transitórias que a gente mudou também, tinha um texto ali que a consolidação do conselho de acompanhamento da elaboração do plano diretor, quando foi feito esse plano diretor passado, não tinha o conselho, então ali estava falando que tinha que fazer o conselho, hoje não, o conselho já está instituído, já é formado, se reúne regularmente, então hoje o que tem é, Consolidação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, como órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e de acompanhamento das questões referentes ao Plano Diretor e da política urbana, então a gente acertou esses descritivos; e aqui falando do sistema de planejamento e gestão, que o Plano Diretor instituído por esta lei complementar deverá ser revisto a cada 10 anos através de processo participativo, independente de alterações parciais que poderão ser feitas a qualquer tempo, através de processo participativo coordenado pelo Poder Público Municipal e acompanhadas pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, aqui só para vocês entenderem, hoje o que nós estamos fazendo no Plano Diretor são adequações, pegamos coisas pontuais e estamos arrumando e consertando, o que está escrito aqui é que a gente pode fazer isso, uma vez por ano, se tiver algum erro pequeno ou adequação pequena, você pode mudar, enviar para a Câmara, a Câmara de novo faz Audiência Pública e pode alterar, o que a gente está colocando aqui é que a cada 10 anos tem que ter uma olhada geral no Plano, olhar ele como um todo mesmo, a cidade como um todo, precisar rever grandes mudanças, isso tem que ser feito no mínimo a cada 10 anos. A gente alterou aqui também o mapa do perímetro urbano, o antigo tinha algumas regiões, o que está em azul tudo já é perímetro



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

urbano e o que está em branco ainda é perímetro de expansão urbana, então aqui a gente só atualizou ele, porque tinham algumas áreas que já estavam urbanizadas no mapa passado mas ainda constava como perímetro de expansão urbana, mas já estava urbanizada, já tem loteamento aprovado, já estava vendendo ou já está fazendo a rua ou já estava até construindo casas, mas no mapa ele não estava adequado, então a gente alterou, colocou direitinho; esse mapa é bom a gente olhar, que com ele dá para ter uma visão boa da cidade, por mais que aqui no azul tenha algumas glebas, mas ali está azul e não tem nada aqui, tem coisa para crescer, mas a gente pega aqui, a IBM, ou seja, está brancão mas não cresce, já está urbanizado, já tem a IBM lá, já está constituído e não vai mudar, aqui é a Doncorni, aqui é a Dell, então também não vai mudar, já está constituído, de verdade mesmo, áreas para desenvolver são muito poucas no Município, nós somos um Município pequeno, 62km<sup>2</sup> de área, eu acho que é um dos menores, se não for o menor do Estado de São Paulo, da Região Metropolitana com certeza é o menor, como a gente tinha falado já, é um Município 100% urbanizado, industrial e de serviços, ou seja, não tem nada de produção rural hoje, por mais que a gente tenha um perímetro rural, mas quase nada de produção rural mesmo, então a tendência é, próximos 10, 15 anos já estar 100% urbanizado e aí crescimento do Município só vertical, porque pela demanda a gente já tem hoje, de proprietários de áreas, de empresários, querendo já lotear ou parcelar essas glebas grandes que ainda estão faltando, a gente tem uma previsão aí que no máximo nos próximos 10 anos não vai ter mais loteamento, parcelamento de solo, o que vai ter mesmo é só o vertical, e mesmo para indústria e empresas, a gente tem algumas áreas ainda, perto da Doncorni ali, ainda tem algumas áreas que podem ser industriais, lá em cima loteamento industrial que ainda tem espaço reservado para empresas, a gente pensou nisso no passado também, sei que lá perto do cemitério o pessoal está terminando um loteamento de 140 lotes na faixa de 1000 metros para atrair empresas, tem outros ali perto da Doncorni a tendência também é ser industrial, aqui na 101 a gente está terminando de aprovar ali na divisa com o Amanda, ali no São Bento, um loteamento industrial, onde tem uma terraplanagem já, a gente está terminando de aprovar ali, grandes glebas para indústria, para questão industrial, então a gente está tentando reservar ainda algumas áreas para indústrias, porque daqui a pouco também não tem mais espaço; hoje, se uma indústria grande, de grande porte, quiser comprar uma área em Hortolândia de 1.000.000 m<sup>2</sup> para construir uma montadora, alguma coisa, já não tem condição, não tem área desse tamanho, nem juntando vários proprietários, você não consegue ter uma área desse tamanho, então são atenções que a gente tem que ter para o futuro. Sei que foi rápido, a gente tentou dar em linhas gerais aqui, até para não ficar cansativo, passar todas as mudanças que a gente colocou aí e eu estou aberto a perguntas, não sei como o Presidente quer conduzir isso, mas se o pessoal tiver alguma pergunta, alguma questão ou frisar alguma coisa, a gente estará aqui para responder". Em seguida o Presidente da Câmara, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso** indaga: "Secretário, dentro do Plano Diretor que nós vimos lá de Campinas que também estava em debate, existia alguns bolsões, algumas zonas especiais culturais, que seria por exemplo, talvez, aqui para nós, a estação ferroviária, teria condição de fazer alguma coisa parecida, para que ali em torno da própria estação não se construísse prédio mas ficasse só para expansão cultural mesmo?". Com a palavra, o **Senhor Carlos Roberto Prata Vieira Junior** responde: "A gente não trabalhou isso, na época a gente não teve essa demanda, ninguém falou, a gente não colocou, mas acho que poderia, essa Casa poderia pensar sim e criar alguma zona nesse sentido". Novamente com a palavra, o Presidente da Câmara, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso** completa: "Porque na verdade, na prática já é o que está lá, que é o nosso Centro de Memórias, provavelmente deve ter algum planejamento para se fazer alguma coisa ali perto relacionado à cultura mesmo, então talvez assim, só prevendo para aquele pedacinho que daqui 40, 50 anos não venha ninguém querer mudar, quebrar tudo a estação e falar 'aqui nós vamos fazer praça agora', simplesmente assim, algo nesse sentido". Com a palavra, o **Senhor Carlos**



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

**Roberto Pratavieira Junior** responde: “A gente podia estudar em conjunto sim, e dar uma olhada nisso, ou criar uma zona, ou mesmo às vezes tombar a estação ou alguma região ali... poderia sim”. Em continuação o Presidente da Câmara, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso** indaga: “A zona especial ZEC 2, ela prevê indústria química?”. Com a palavra, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior** responde: “Deixa só o pessoal consultar ali, eu sei que tem um zoneamento que permite, não sei se é a 2. Novamente com a palavra, o Presidente da Câmara, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso** completa: “É porque caso venha alguém pedir algum tipo de alvará, alguma coisa que seja para fertilizante, fabricação de tinta ou qualquer coisa nesse sentido”. Com a palavra, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior** responde: “No Município não tinha, não tinha nenhum lugar que podia ter essa questão da química, a gente não vai ter aqui, não é a tendência do Município a gente ter produção química, isso vai mais para Paulínia, tende mais na região de Paulínia ali, mas o que a gente tem que impedia, por isso até que a gente incluiu em algum zoneamento aqui a questão da química, é que às vezes você tem um depósito de comercialização, coisa que não tem um impacto, o impacto é zero no meio ambiente ou ambiental e não previa nem isso na legislação, então a gente previu, agora não sei direito em qual zoneamento que é, o pessoal olha ali e a gente já responde”. Em continuidade com os questionamentos, o Presidente da Câmara, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso** indaga: “Em relação aos condomínios que já foram aprovados, que já tem moradores, a hora que você colocou por exemplo, sobre a questão da mobilidade, que eles vão ter que se adequar à questão da mobilidade, das entradas dos condomínios, e aqueles que já existem, eles vão ter que se adequar ou tem essa possibilidade de nós, Poder Público, fazer essas adequações nesse sentido?”. Em resposta, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior** continua: “É, o que a gente coloca aqui no Plano Diretor, são os futuros, que todos os futuros projetos ter a questão da mobilidade bem analisada, adequação e tal. Nos anteriores que já estão constituídos, daí cabe ao Poder Público rever os projetos; como a gente está com uma obra iniciando aqui no Jardim Amanda, no Amanda não, aqui na Avenida Santana, do lado do IASP, semana que vem, no máximo daqui 15 dias, começa uma adequação, então como já é um condomínio constituído, mas a gente até conseguiu uma parceria ali com o Goldem onde a associação mesmo do condomínio está doando um lote para a Prefeitura para virar rua, eles compraram o lote, doaram para o Município, para a gente poder fazer uma adequação para poder tirar o pessoal que entra na portaria ali, numa faixa lateral, e livrar o trânsito da avenida, o IASP também doou um pedaço de terreno dele, para que a gente fizesse um novo sistema viário para tentar resolver aquela questão do trânsito ali naquele pedaço, na entrada para o Parque Hortolândia, então essa obra começa já daqui uma semana, já está assinado o contrato, já tem empresa, está assinando ordem de serviço, ela tem um prazo para montar o canteiro e iniciar a obra e em no máximo uma ou duas semanas já tem obra ali. Então quando são loteamentos antigos não tem jeito, ou é exclusivo do Poder Público estar consertando ou às vezes parcerias para conseguir consertar”. Com a palavra, membro da equipe do Secretário, **Patricia Caldeira Camargo**: “É que assim, o uso das zonas, ele vai estar em um outro processo, que é o de uso e ocupação do solo, não está dentro daqui do Plano Diretor, os locais estabelecidos como ZEC 2, de uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, que também deve estar em aprovação, que deve ter tramitado paralelamente a esse processo, está estabelecido como uso de um tipo de indústria que é ‘usina de reciclagem da construção civil e usina de tratamento de resíduos’, nesse local específico que você perguntou, o ZEC 2; agora para falar para você, indústria química se tem em algum outro lugar, nós precisamos ver, porque precisa cruzar as tabelas, eu não exatamente aqui, precisa dar uma procurada do que seria indústria química”. Com a palavra, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima** indaga: “Secretário, depois nosso líder aqui da parte de infraestrutura vai perguntar também; mas algumas perguntas aqui, é coisa simples, uma é da previsão na construção das casas, se tem um espaço reservado para o verde,



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

para a terra, se tem isso dentro do Plano?”. Em resposta, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior**: “Isso não trabalha dentro do Plano Diretor, isso é a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que vocês também estão avaliando ela aqui, ela não é objeto dessa audiência, mas é uma lei que vocês devem aprovar ou questionar junto com o Plano Diretor, discutir a aprovação junto com o Plano Diretor, ela tem sim, tem os percentuais; eu acho que nenhum lote pode ser 100% impermeabilizado, deve ter percentuais diferentes para comércio e residência, mas todos eles têm um percentual que não pode ser impermeabilizado, de indústria, de comércio, de residência, de empreendimentos como condomínio, todos eles têm um percentual, é que varia, condomínio é um, residência é outro, comércios às vezes é outro, mas todos eles tem um percentual que você não pode impermeabilizar, que você tem que deixar lá de terra, de grama, de jardim”. Novamente com a palavra, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima** questiona: “Legal. Tem no cronograma previsão de tamanho de terreno para loteamento, vocês colocaram?”. Em resposta, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior**: “Então, cada zoneamento são tamanhos diferentes, o zoneamento é que define isso, qual é o tamanho; algumas alterações que nós tivemos em novas áreas que podem ser parceladas, a gente diminuiu o tamanho permitido do lote, era o tamanho mínimo de 250m<sup>2</sup>, a gente baixou para 160m<sup>2</sup>, que acho que é a ZM4, que permite lote de 160m<sup>2</sup>; a maioria das áreas que tem a parcelar, a gente colocou isso, por que a gente colocou isso? Porque é um problema que a gente na cidade, vários loteamentos foram aprovados com tamanho mínimo de lote de 250m<sup>2</sup>, e quando você aprova um condomínio desse, toda a infraestrutura dele foi preparada para receber lotes de 250m<sup>2</sup> e famílias para aquele lote de 250m<sup>2</sup>, como a legislação federal permite subdividir o lote até 125m<sup>2</sup>, o pessoal começou então... isso é muito forte lá no Jardim Amanda, por exemplo, você aprova um bairro com 500 lotes, só que se todo mundo subdividir, vira 1000 lotes, aí o que acontece? Você não tem uma rede de esgoto preparada para isso, você não tem uma rede de água preparada para isso, o Ministério Público pega no pé, já chegou abrir Inquérito Civil contra os corretores que vendem, porque uma coisa é você vender o loteamento 250m<sup>2</sup>, porque é o lote aprovado e lá, depois, você ter 5% ou 10% de lotes subdivididos, isso é uma coisa, outra coisa é já na venda, o pessoal começar a vender meio lote, que não é a aprovação que tem, então isso causa um problema muito grave para a cidade, causa problema até de mobilidade, você chega a algumas ruas no Jardim Amanda que você não consegue estacionar o carro, você vai visitar uma pessoa e não tem onde estacionar, porque o lote geralmente de 250m<sup>2</sup> é 10m de frente por 25m de fundo; 10m de frente, na hora que eu subdivido o lote, eu coloco lá 5m para um dono e 5m para o outro, o cara vai lá e faz um portão de 3,5m para entrar na garagem e sobra 1,5m, aí o outro faz a mesma coisa, aí eu vou visitar uma pessoa e quero parar meu carro na rua, eu paro aonde? Eu tenho um portão aqui, um portão ali, um portão lá, eu não tenho onde parar o carro, porque é tudo guia rebaixada; então além do problema da infraestrutura, do problema da mobilidade urbana, o problema da ocupação; então o que a gente fez foi o seguinte, permitir, isso é permissão, aí depende do mercado, do loteador, que se ele quiser, ele pode produzir lotes de no mínimo 160m<sup>2</sup>, aí você fala, ‘mas é menor que 250m<sup>2</sup>’, é, mas o lote de 160m<sup>2</sup>, ele tem 8m de frente por 20m de fundo, então já não teria esse problema, porque você pega um portão de 3,5m e ainda sobra espaço para parar um carro na frente, dá para construir uma casa legal, e esse lote o morador não consegue subdividir porque não registra no cartório, o de 160m<sup>2</sup> você divide no meio, dá dois de 80m<sup>2</sup>, o cartório, a legislação federal não deixa subdividir, então o que a gente prevê é isso, que loteamentos em áreas que o pessoal tem uma demanda de lotes menores, que ele seja de no mínimo 160m<sup>2</sup>, então é uma coisa que a gente tentou adequar no município, não é um lote tão caro quanto o de 250m<sup>2</sup>, é um lote que dá para produzir uma habitação média, de média para grande, mas que não causa nenhum problema e que não pode ser subdividido; porque o que a gente tinha hoje, você põe na lei, que tem bairros agora que não pode subdividir, tem uma anistia para resolver problemas do passado



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

e tem bairros que hoje não pode subdividir mais, mas as pessoas acabam ocupando, subdividindo informalmente; esse problema também da subdivisão informal, ele é um problema grave, eu e você, a gente vai lá e compra um lote juntos, aí chega o IPTU, aí tem que dividir os dois, mas a Prefeitura não divide o carnê, porque o lote não está subdividido, aí eu pago a minha parte e você não paga a sua, mas o terreno está no meu nome, aí o IPTU vai para protesto, e suja o nome do cara, isso chega a dar briga, às vezes até morte, entre parentes, mesma coisa quando às vezes chega a falecer algum proprietário de alguma parte e dá briga porque ele não tem a escritura definitiva, então o que a gente quer é tentar minimizar esses problemas. quando comprar um lote menor, mas que não vai ser subdividido e não vai criar esses problemas”. Com a palavra, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima**: “Por último secretário, em relação às ocupações, essas áreas que não são nossas, por exemplo CDHU, mas é ocupada no Município, também é um outro problema no Município né?”. Em resposta, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior**: “É! Nós recebemos uma notícia agora, do Estado de São Paulo, que eles deram ordem de serviço para várias regiões de Hortolândia, como são áreas do Estado né, para produzir a regularização dessas áreas; então eu acho que nos próximos meses já devem iniciar os trabalhos de várias regiões do Município, foi um pedido do Prefeito que teve lá com o Governador e com o Secretário de Habitação, eu não vou saber dizer exatamente quais são os bairros, mas já foram três ou quatro parcelamentos irregulares hoje que o Estado deu a ordem de serviço para que uma empresa venha faça todo o levantamento, o cadastro das famílias que moram e façam todas as adequações para poder regularizar esses bairros, então acho que nos próximos anos... a ideia do Prefeito Ângelo Perugini é chegar a 100% de regularização, ter uma cidade totalmente legal, no passado já forma feitos alguns bairros, Boa Esperança, parte do Santa Fé e agora mais bairros ainda vão ser contemplados com isso; vai ter essa do Estado, mas nós também, na Prefeitura, outras áreas que não são do Estado, que às vezes é particular ou foi ocupação, a gente também vai ter um programa de regularização municipal, a ideia é chegar a 100% regularizado; é bom porque o proprietário fica com escritura, o lote valoriza, porque hoje você está irregular, você não tem escritura, não tem o documento, só de regularizar... é uma questão de cidadania, o lote sobe de valor, ele fica mais seguro para a família, se vem falecer um pai ou uma mãe, já tem um documento ali que os filhos ou os parentes possam estar herdando isso, fica uma questão regular, para o Município é bom porque gera também desenvolvimento, IPTU, a pessoa cuida melhor da casa quando ela já tem a escritura na mão, porque às vezes está irregular, o cara não reforma a casa, não melhora porque ‘ah, não sei se é minha, se um dia vem alguém e toma, se me tira daqui’, você dá escritura, a pessoa investe na casa, melhora a questão de habitação, de higiene, de saneamento, a ideia é regularizar; já vai começar uma do Estado agora, que vai pegar vários bairros, mas vai ter a do Município também”. Com a palavra, o Advogado da Câmara, **Senhor Carlos Alberto da Silva** indaga: “Secretário, eu não vi no plano diretor, na alterações e também na lei que está em vigor, então se estiver lá, me desculpe que eu não observei, nós temos aqui a nossa via férrea, que apesar de não ser algo onde o Município possa interferir com a legislação, mas nós temos uma realidade aqui, porque é um problema em alguns casos, mas também historicamente é importante para o Município, porque faz parte já, quase que cultural, às margens do Ribeirão Quilombo, aqui do Jacuba, aqui na via férrea que nasceu nosso Município, e nós temos alguns casos de construções muito próximas já, que não é muito, mas nós temos essa realidade, construções quase do lado da linha férrea, nós temos problema de segurança, e aí eu vi aqui a transposição da Santana com a São Francisco de Assis, vai resolver esse problema que é onde, acho que é o ponto mais grave, mas com a expansão do Município, com o crescimento do Município nós podemos ter outros problemas em outras regiões, nós temos a ligação do viaduto 17 de abril e a aqui, que são as duas regiões mais populosas e ali no Jardim Minda e Carme Cristina, mas com o crescimento da cidade no futuro e aí com as alterações podendo ser feitas a cada 10 anos, talvez não



## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

seja algo urgente, mas é uma realidade que nós temos, essa via férrea aí; o Município já está pensando nisso? O plano diretor já contempla? Já tem esse estudo? Porque em alguns trechos nós temos o Rio Jacuba e a via férrea, em outros trechos ele sai do Rio Jacuba, mas tem já em alguns lugares regiões habitadas, como aqui próximo ao São Francisco de Assis, lá do Jardim Sumarézinho, lá em cima, o questionamento é esse, tem alguma coisa ou é algo ainda para o futuro, já que nós não temos ainda problemas mais sérios em relação a isso?”. Com a palavra, o **Senhor Carlos Roberto Prata Vieira Junior** responde: “No plano diretor, isso não tem nada definido, na verdade ali não é uma zona que a gente possa controlar no plano diretor, mas concordo com você, é um problema a ser cuidado pelo Município, o que a gente tem assim, agora a RUMO e o Governo Federal, o DENIT, eles estavam trabalhando uma proposta, que é a antiga LL e agora virou RUMO, de renovar a concessão deles por mais 30 anos, e nessa proposta deles tem várias obras que os Municípios começaram a pedir, ‘Olha, a linha férrea é um transtorno, tudo bem que ela escoar produção, que é muito importante para o país, mas também, ela causa um certo transtorno para o Município’, então o que a gente está fazendo enquanto Município é assim, o Prefeito tem feito reuniões sistemáticas com o pessoal tanto do DENIT quanto da linha férrea, da RUMO, que é a empresa que cuida da linha hoje, e tem grande chance de a gente incluir o viaduto Santana com a São Francisco nessa renovação e ser uma das primeiras obras a ser feita pela RUMO, se a RUMO não fizer essa obra, não conseguir encaixar ela nessa obra, a gente tem o ‘plano b’ que é na CAF, contemplar ali o viaduto da São Francisco com a Santana, então a gente tem o ‘plano a’ e o ‘plano b’ para isso, estamos trabalhando isso com a RUMO, como uma contrapartida do Governo Federal para renovar a concessão dela, ela vai ter que dar algumas contrapartidas de obras, e uma dessas, é ela; na questão da CAF ali no financiamento, é que eu falei bem rápido ali, mas tem um viário que ele vai sair lá da Estrada Panaíno e vai vir, ou margeando o Jacuba, o JAC 1 e JAC 2, ou margeando a linha do trem quando chega do Minda para cá, ele vai margear ali o córrego, mas já está incluído todo um parque ali, então você vai ter a linha do trem, hoje você tem a Luiz Camilo que vai ser no CAF, nesse programa da CAF já vai ser urbanizado aquilo, revitalizado desde a ponte da Cobrasma até o shopping, já está no CAF, então vai ter ciclovia ali, vai ter banquinho, vai ter plantio de árvores, um paisagismo, para cuidar, entre a Luiz Camilo e a linha férrea; do lado de lá, que é o córrego, aquilo também vai virar o que hoje são áreas privadas, mas a intenção com a CAF agora, aquilo passa para o Município e vai ter uma rua do lado de lá do córrego, que vai ligar a Amélia Basso Breda, que é a rua da feira, até a estrada do Panaíno, atrás do Green Park, aí do Green Park vai ligar na Emancipação; então quando a gente ocupa com o viário e aí com o parque, aí o Meio Ambiente vai fazer toda a revitalização, plantio de árvores entre a linha do trem e o córrego, então a ideia é assim, novas ocupações a gente está trabalhando para não ter mais, para preservar, e de verdade, para o Sumarézinho falar para você que tem algum projeto, ainda não tem, precisa dar uma olhada para ver se é área particular, se é privada, se é área da RUMO, se eles estão ocupando áreas que são os 15 metros que tem que deixar, isso para lá eu não sei te dizer ainda, mas estamos trabalhando primeiro para consertar as áreas que hoje não estão ocupadas, para não ter ocupação mais; a Bárbara está me lembrando que a Secretaria de Mobilidade Urbana também está fazendo o plano de mobilidade urbana, então a ideia é contemplar toda essa questão e aí ter um capítulo específico para essa questão da linha do trem; o Governo do Estado também já assinou contrato, está em vias de assinar ordem de serviço, a empresa já esteve visitando a Prefeitura, esteve lá na Secretaria de Obras, na de Mobilidade, deve começar as obras em março da ponte estaiada, e aí com previsão de até o final do ano pelo menos a primeira etapa, que é a ligar toda a região do Nova América ali ao centro da cidade, já estar funcionando, a ponte estaiada; e depois disso, a obra que o Estado está assinando, a ordem de início, é para levar a Avenida Olívio Franceshini até a SP 101, o Prefeito também já está em conversas para começar o viaduto lá em cima da 101, onde vai ter um retorno para quem vir por Monte Mor

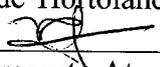


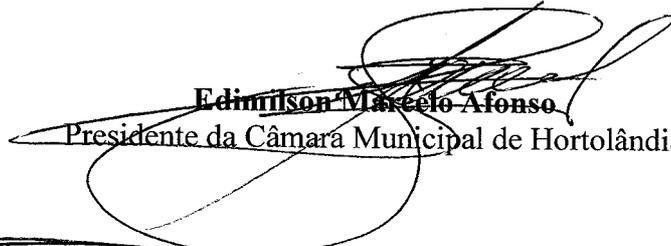
## CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

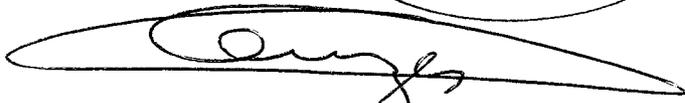
conseguir entrar para Hortolândia lá pelo presídio, quem sair de Hortolândia conseguir a 101 e ir para Campinas, então são corredores que vamos por para funcionar, é aquilo que você falou, problemas hoje que temos para transpor a linha do trem; lá na estrada do Panaíno também está sendo trabalhado para duplicar aquela pontinha que passa do lado do Green Park, para que tenha uma ligação desde o hospital até o Nova Europa com uma grande avenida também com ciclovia, tudo isso está no pacote CAF; pacote CAF, RUMO, Estado e obras do Estado, que o Prefeito está buscando; esse pacote do Estado também veio um pontilhão em cima da 101, ali no Rosolem, antes da passarela, primeira rua ali, então vai construir um binário, que hoje só tem o da Antônio Fernandes Leite para cruzar a 101, vai ter um aqui, antes, então um só vai entrar no Rosolem, outro só vai sair e um novo terminal de ônibus lá naquele vielão que tem no meio do Rosolem; essas obras inciam agora em março e com um ano e meio, que é o cronograma do Estado, elas devem estar prontas já". Em seguida, houve continuidade com os questionamentos do Advogado da Câmara, **Senhor Carlos Alberto da Silva**: "Com certeza também a Secretaria já vai pensar, porque quando tiver aquela área ali em frente o Remanso Campineiro, lá em cima é o São Jorge, depois tem aquela área ali ocupada, entre o Nova Hortolândia e os prédios ali do lado do Jardim Minda, vai ficar a mesma situação do Cambuí se não tiver ligação né? Para eles terem acesso ao Remanso Campineiro vão ter que, ou ir lá no Jardim Minda ou vir aqui no 17 de Abril, e aí também isso que você falou, a Luiz Camilo de Camargo quando você está descendo ali, o aspecto visual da linha férrea ali não é agradável, as propriedades são particulares, o pessoal não cuida, então você entra na cidade, de um lado você vê bairro, do outro não vê cidade, você tem um choque quando desce ali no Parque dos Pinheiros, o posto da ilha ali, quando você entra ali, você em um lugar com aspecto negativo visual e de repente você dá de cara com o shopping, dá de cara com semáforo, com a Luiz Camilo de Camargo, já com um aspecto totalmente renovado, então realmente esse pedaço precisa...". Em resposta, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior** explana: "Isso tudo está no pacote CAF de reurbanização ali daquele pedaço, também do meio ambiente de recuperação do córrego, porque isso passando para o Município; a gente está conseguindo tratativas bem legais com os proprietários ali, a gente está conseguindo a doação dessas áreas, dos 30 metros do rio ali, entre o Jacuba e a linha férrea, depois do Jacuba, 30 metros para cima, mais o espaço para passar a rua lá em cima, então todo aquele espaço que a gente vê lá, que é o que você falou, que não está cuidado e etc.; é que assim, é como o Governo Federal, se o Município não investe com infraestrutura, por isso que às vezes o pessoal pergunta do financiamento, 'Ah, mas como é que é isso?', se o Município não investe em infraestrutura, não faz rua, não faz ponte, não faz acesso, a cidade não tem como crescer, aquela área é uma área que está truncada ali, que não consegue crescer, que não consegue ir para frente, então quando a gente vem com infraestrutura, vem com viário, vem com a recuperação ambiental, com certeza é uma região de plena expansão ali no futuro, que deve crescer bastante, e vai ficar bonita, vai ficar muito bonito ali". Novamente com a palavra, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima**: "Secretário, posso fazer por favor, mais duas perguntas aqui rapidinho? Uma é do viaduto 17 de Abril, hoje é um viaduto apertado, estreito, o Vereador Zaca é daquela região, se tem planos para aquele viaduto?". Mais uma vez com a palavra, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior** responde: "Ali ainda não tem nada, o que a gente está tentando focar, é lá no da Santana com a São Francisco, a gente está focando lá, lá é um viaduto de duas pistas, tando indo como voltando, aí a São Francisco ela continua então duplicada no viaduto, aí duplica a Santana até chegar ali no terminal de ônibus, então esse é um viário que a gente quer produzir ali que vai aumentar bastante a capacidade de mobilidade daquela região". Em continuidade com os questionamentos, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima**: "Outra é dos empreendimentos autossustentáveis, hoje o pessoal discute muito isso, prédio que capta água, empresas, se também isso está no planejamento?" Em resposta, o **Senhor Carlos Roberto Pratavieira Junior** continua:



# CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

“Esse não está no Plano Diretor, mas na legislação passada que aprovou, de verticalização, os prédios, tudo, foi contemplado lá sim, todo prédio de apartamentos hoje que é feito na cidade, ele tem que contemplar, ou captação de água, ou energia solar, tem duas ou três coisas que ele tem que escolher entre uma delas e produzir pelo menos uma de sustentabilidade no empreendimento. Vou passar a palavra ao Presidente da casa e agradecer pelo espaço, pela oportunidade da gente estar explanando as ideias do Município, queria só agradecer a toda minha equipe também, a Patrícia, a Barbara, o Serginho, o Paulo que também junto com toda secretaria lá, e as outras secretarias da Prefeitura, mobilidade, meio ambiente, obras que contribuíram para a realização da revisão desse plano”. Neste momento com a palavra, o Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia, o **Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso**: “Querida agradecer mais uma vez ao Secretário Júnior pela explanação e agradecer a presença de todos, nosso Vice-Prefeito que se faz presente, a todos vereadores que estão aqui presentes e que também encaminharam perguntas, a partir de agora, até por prazo regimental, encaminharemos o projeto para as Comissões, para ser analisado conforme o tempo regimental, aqueles que caberem alguma emenda, como foi proposto agora, serão analisadas pelos vereadores dentro de suas Comissões, também dentro do prazo regimental para que a gente possa fazer a aprovação e a análise mais breve possível; agradeço toda equipe técnica que veio aqui explicar e ajudar a gente e a todos servidores da casa, então declaro encerrada a audiência pública sobre o nosso Plano Diretor, uma boa noite a todos”. Sendo assim, não havendo mais nenhuma manifestação para qualquer esclarecimento e nada mais a tratar, o Senhor Vereador Edimilson Marcelo Afonso, Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia, declarou encerrada a presente Audiência Pública às 18h09min, da qual eu  (Vivian Cristina Fabiani), servidora designada para o ato, lavrei a presente Ata, que segue também assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia e demais vereadores.

  
**Edimilson Marcelo Afonso**  
Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia

  
**Cleuzer Marques de Lima**  
Vereador

  
**Daniel Laranjeira**  
Vereador

  
**Valdecir Alves Pereira**  
Vereador